

O Texto Nos Envia para a Rua

Sobre o Papel da Arqueologia na Hermenêutica da América Latina

Friedrich Erich Dobberahn

I

Na América Latina, a “arqueologia” talvez não tenha a “boa fama” que mereceria. P. Richard, p. ex., faz referência a ela de modo pouco positivo: “Muitos exegetas”, diz ele, “são apenas *arqueólogos* do texto bíblico, homens do passado, sem Espírito (...). O texto bíblico fica então reduzido a mera peça *arqueológica*, sem futuro algum.”¹ Tal uso metafórico do termo, de fato, não é muito lisonjeiro.

As explanações que se seguem querem resgatar o valor da arqueologia para a exegese e a hermenêutica, principalmente na América Latina. Não foi sem importância o fato de que J. Pixley tenha falado do “privilégio epistemológico” dos pobres e oprimidos na América Latina². É verdade que, devido às realidades sociais relativamente comparáveis, existe algo como um “eixo hermenêutico” entre o Israel do século VIII a.C. e a América Latina do nosso século XX. Por meio de tal “eixo” se pode perceber com alguma facilidade e espontaneidade o que está “por trás” dos textos bíblicos e o que deve ser feito em termos de envolvimento prático. Por outro lado, tal “privilégio”, de antemão, não significa que esteja dispensada uma análise científica que visa evitar “alegorizações arbitrárias”³. O “privilégio epistemológico” dos pobres, expressão de uma “interação ou reciprocidade hermenêutica entre a memória bíblica dos oprimidos e a memória prática dos pobres na América Latina”⁴, deve ter um interesse natural pela *arqueologia*, que, segundo a opinião comum, tem contribuições importantes a dar para a reconstituição da realidade de vida de então⁵. Tentarei, no que se segue, mostrar justamente isto: como, com base em informações arqueológicas, a leitura de um texto bíblico do século VIII a.C. desemboca, de modo “visceral e realista”, em um envolvimento prático, coerente tanto com o texto bíblico quanto com a atual situação da América Latina.

II

Em Is 5.8-10 lemos a seguinte denúncia:

8a: Ai dos que fazem encostar casa em casa (pt. pl. hif. *ng'*) e aproximam campo a campo (hif. impf. *qrb*),

8b: até que não haja mais lugar e ficardes sozinhos em meio à terra [como cidadãos íntegros] (hof. pf. *ysb*).

9: Em meus ouvidos está [a palavra de] Javé Sabaoth: Certamente, muitas casas tornar-se-ão [lugar de] ruína (*shammah*), as grandes e belas [ficarão] sem moradores.

10: Sim, dez “jeiras” de vinha não darão mais do que um “bato”, e um *hömär* de semente não produzirá mais do que um “efá”.⁶

Segundo os comentários exegéticos, Is 5.8-10 acusa a acumulação de terrenos dentro da cidade e a formação de latifúndios fora da mesma (Is 5.8a), denunciando ao mesmo tempo a marginalização de amplas parcelas populacionais (Is 5.8b). Os comentários dizem que a “palavra de juízo” (Is 5.9-10) teria por motivo básico a “violação da aliança”. Nos casos de “violação da aliança”, a terra se nega a dar seus frutos (cf. Lv 26.20; Dt 28.38ss.); o injusto não habitará suas casas e cidades (cf. Lv 26.31s.; Dt 28.30; cf. também Is 3.1ss., 16ss.; Am 5.11; Mq 6.14s.)⁷.

Para quem vive na América Latina, porém, tal explicação exegética ainda não responde a algumas questões que ficaram em aberto: qual é a realidade vivida por trás de tal denúncia? Como podemos “trabalhar”, “militar” com ela? Qual é a “proposta” do texto, qual é seu “projeto”?

a) Não se torna claro *que* realidade conflituosa foi esta — com vistas às experiências sociais, políticas e ideológicas — que levou o profeta Isaías a gritar. A abordagem exegética se restringe a uma terminologia abstrata: “acumulação de terrenos”, “formação de latifúndios”, “marginalização”, “exploração”, etc. (da mesma forma que a teologia tradicional apenas fala em conceitos abstratos da “salvação”, “eleição”, “aliança”, “fé”, “querigma”, “revelação”, “soteriologia”, etc.⁸. Onde tais conceitos não “ganham corpo”, lá também a verdade histórica da fome real, da morte real, da miséria real corre o risco de desaparecer. No caso de Is 5.8-10, porém, não se trata de um “ai” abstrato. A perícopes se caracteriza pela perspectiva de um grave conflito social (cf. Is 1.16-17, 21-26; 3.13-15; 10.1-3). Como poderia ele chegar a falar em sua plena concreticidade vivencial? Afinal, o que nos leva a transformar a sociedade, podem ser tão-somente experiências e não teorias.

b) Indício eloquente para uma aporia também é o fato de, na verdade, não ficar evidente *que* função há de ter a anunciada destruição (*shammah*) das casas, dos campos e das vinhas. H. Wildberger, em seu comentário, supõe que por trás disto se encontre um pensamento bastante popular, segundo o qual o castigo se realizaria justamente lá onde o crime também foi cometido (cf. 1 Rs 21.19b)⁹. Tratar-se-ia aqui, portanto, de um simples

ato de retribuição conforme o mote: “O que vocês tiraram de outros, também não irão possuir!”? A probabilidade desta interpretação não é muito grande. Antes, estão em jogo aqui considerações concretas sobre uma nova ordem social. Com base em Is 1.(10-15),15s.,21-26; 3.1-7,13-15ss.,24; 5.8-10; 10.1-3, W. Dietrich mostrou que o profeta Isaías, de fato, tinha um “projeto de política interna”, argumentando com as antigas estruturas sociais de Israel¹⁰. Dificilmente se pode imaginar, por isto, que os crimes dos especuladores de imóveis na cidade e dos latifundiários no campo sejam, por um lado, denunciados como “violação da aliança”, mas que, por outro lado, a intervenção de Javé não apresentasse nenhuma “proposta” construtiva dentro do compromisso de solidariedade que Javé tem assumido para com os pobres¹¹.

c) Como o diabólico “mecanismo” de divisão e discriminação social ainda não foi considerado devidamente, é claro que também toda esta palavra de Isaías ainda não foi refletida em termos de sua “operacionalidade” como “projeto”. Conseqüentemente, Is 5.8-10 também não foi interpretado ainda com vistas ao futuro e à esperança daqueles em cujo nome o profeta grita aqui o seu “ai”. Ainda teríamos que discutir, de maneira mais detalhada, como Is 5.9-10 entende a anunciada abolição das estruturas que levaram à separação, à discriminação social, à marginalização. Neste sentido, chama a atenção que Is 5.9-10 fala da desapropriação da classe rica (“as belas e grandes casas ficarão sem moradores”) e, relacionado com o acúmulo injusto de riquezas, da recusa de Javé de conceder ao latifúndio qualquer lucro econômico, o que também pode ser entendido como decorrência de greves entre os trabalhadores agrícolas¹².

III

A primeira parte de Is 5.8-10 tem, com certeza, as marcas do ambiente urbano, como no-lo mostrou H. Bardtke¹³. “Fazer encostar casa em casa” é possível somente nos centros urbanos de grande densidade populacional. Tal estrutura habitacional contradiz à estrutura dos povoados de produção agrícola. A respeito deles, fala-se de “estruturas abertas”, onde tem prioridade a acessibilidade das casas, ou seja, áreas de livre acesso para o gado e para o transporte dos produtos do campo¹⁴. Certamente também a descrição das casas como “numerosas, grandes e belas” (Is 5.9) remete a condições urbanas. Amós mencionará a existência de tais mansões suntuosas para o Reino do Norte (cf. Am 3.15; 5.11). Elas também aparecem em outros textos bíblicos: como “ornamentadas de marfim” (1 Rs 22.39; Sl 45.9) e como construídas de “pedras lavradas” (cf. Is 9.9). No interior, distante da capital e dos centros administrativos, as casas, na melhor das hipóteses, eram feitas mediante “pedras brutas”.

A continuação do mesmo versículo: “que aproximam campo a cam-

po” refere-se à área rural, ou seja, à compra de áreas cultiváveis e à concentração de terras em mãos de poucos¹⁵. Visto que o versículo 10 fala da produção agrícola, poder-se-á ver nos ricos habitantes das cidades os proprietários dos latifúndios. Portanto, o versículo 10 se volta dos males urbanos para os males rurais. Destes últimos tratam no AT especialmente duas palavras de Miquéias (Mq 2.1-5 e 2.6-10), denunciando a acumulação de propriedades rurais¹⁶.

Em virtude desta subdivisão da palavra de Isaías em duas partes, abordaremos, a seguir, os dois paradigmas de experiência social pressupostos pelo texto.

a) A desestruturação da cidade tradicional

O que aconteceu concretamente nas cidades de Judá, conforme Is 5.8-10? “Fazer casa encostar em casa” — afinal, o que significa? Obviamente, não se trata da posse de terrenos urbanos espalhados, mas de uma “aglutinação” de áreas privativas a partir de alguns pontos centrais. Fala-se, na literatura científica, de um “modo aglutinativo” na organização habitacional das cidades orientais¹⁷. Anuncia-se aqui um problema estrutural: a ampliação de espaços privativos às custas das áreas de vizinhança e de circulação pública. Como, sem dúvida, são os ricos que, em detrimento de outros, conseguem ampliar suas propriedades particulares dentro da cidade, evidencia-se que os menos abastados, pouco a pouco, estão sendo empurrados para a periferia. Surge, por conseguinte, uma desagregação entre os ricos e os pobres, ou seja, uma estrutura habitacional diferenciada em termos de nível social. Os pobres estão sendo expulsos do centro e deslocados para a margem, concentrando-se, por fim, em bairros especiais. Em Ez 11.3, tal fenômeno se manifesta mediante uma expressão idiomática significativa: os ricos de Jerusalém, depois de ter-se enriquecido pela guerra de 598/7 a.C., chamavam-se de “carne na panela”¹⁸; nós diríamos hoje: eles se consideravam “a nata”, ou a *crème de la crème*.

Tal desagregação habitacional se realizava como J. Schmidt a descreveu com referência à estrutura urbana em muitas outras cidades do Antigo Oriente¹⁹. Os cidadãos abastados compram terrenos e prédios ao lado da própria casa e até localizados no lado oposto da rua, unindo-os por anexos, sacadas e muros. Deste modo, formam-se “becos sem saída” e, por fim, complexos de habitação totalmente fechados. As plantas 1-3, p. ex., mostram detalhes dos “estratos arqueológicos” de “J 7”, “J 6” e “J 5” da cidade de Hamate no norte da Síria (século XXIII a.C.)²⁰. Uma comparação entre “J 6” (= planta nº 2) e “J 5” (= planta nº 3) revela como as áreas privativas se têm ampliado às custas da circulação pública. O “estrato” de “J 7” (= planta nº 1) mostra ainda que o complexo central se desenvolveu a partir de casas, localizadas antigamente nos lados opostos de uma rua de trânsito desobstruído.

As plantas n° 4-5²¹ nos possibilitam a fazer comparações interessantes em relação à organização habitacional de Tirsá, da primeira capital do Reino do Norte (“estrato” VIIb, século X a.C.). O complexo n° 410A (= planta n° 4) foi ampliado por meio da construção de dois anexos e de mais um muro à frente, em meio a outras casas (= planta n° 5)²².

Desaparecem, desta maneira, as áreas de comunicação e de encontro. Os “eixos” de trânsito e as passagens de comércio ficam paulatinamente estranguladas, manipuladas, impedidas e, por fim, interrompidas totalmente. Restam ruas estreitas ou espaços “negativos” que, agora, demarcam, com suas paredes exteriores (muitas vezes até sem janelas), áreas privativas, áreas de segregação social e de isolamento²³. Ao mesmo tempo, o avanço progressivo dos limites privativos corresponde ao deslocamento de parcelas mais pobres da população urbana para determinados “bairros de miséria”.

É exatamente esta a situação com que nos confronta a planta n° 6²⁴. Trata-se do “estrato” VIIId da mesma cidade de Tirsá (agora do século IX a.C.). Dá para ver como ocorreram consideráveis mudanças arquitetônicas entre os séculos X e IX a.C.. A cidade de Tirsá do século X a.C. (= planta n° 5) mostrava ainda casas mais ou menos do mesmo nível social; estavam agrupadas em “fileiras”, enquanto que o “estrato” VIIId do século IX a.C. (= planta n° 6) apresenta uma estrutura habitacional bem diferente. As casas, agora, estão agrupadas em blocos, subdividindo a cidade claramente em dois quarteirões. As residências dos ricos (cf. n° 327, 328, um pouco abaixo do centro da planta) são maiores, de melhor acabamento e com maior espessura das paredes; abrangem uma área de 82 e de 103 m², sendo construídas com pedras relativamente grandes, cuidadosamente talhadas e colocadas em duas filas de 50 cm a 80 cm de espessura. Para as “casas populares” (cf. n° 362, 336, 366, abaixo das casas dos ricos), que medem apenas 53, 78 e 62 m², utilizavam-se pedras brutas; a espessura destas paredes corresponde à largura de uma pedra só. Também pelos umbrais e pelas almofadas dos portais evidenciam-se as diferenças sociais. Somente os umbrais e as almofadas dos portais das mansões foram talhados com um cuidado especial²⁵.

À frente do planejamento urbano “hierárquico” localiza-se o palácio (n° 148); ele é mencionado expressamente em I Rs 14.17. Este palácio se encontra nas proximidades da muralha da cidade; seu pátio (n° 149A) abre-se para o portão da cidade. A partir dele era possível controlar o comércio e a arrecadação dos impostos; no caso de uma insurreição dentro da cidade, o rei tinha possibilidades relativamente fáceis de fuga. Por via de regra, o palácio era construído como cidadela, ou seja, em cima da muralha da cidade (cf. o exemplo de Khorsabad = planta n° 7)²⁶.

Em alguns livros e estudos arqueológicos adotou-se também a opinião de R. de Vaux de que havia um muro divisório entre o bairro rico e o bairro pobre de Tirsá²⁷. Tal “muro divisório” certamente não deve ser imaginado nos moldes do antigo “muro de Berlim”, a saber, como um muro em

terreno aberto, mas, muito antes, como um conjunto de paredes fechadas, separando alguns complexos arquitetônicos do restante da cidade. Neste caso, trata-se da extensão da casa nº 328 para a direita, que, possivelmente, fazia parte de um pátio (cf. planta nº 6). Caso for correta a opinião de R. de Vaux quanto a tal “muro divisório” dentro de Tirsa — a existência de tal muro está sendo questionada seriamente²⁸ —, expressar-se-ia aqui uma certa necessidade de proteção por parte dos ricos habitantes do bairro nobre. Já as cartas de Tell El-'Amârna nos relatam sobre rebeliões dentro das cidades (nº 89; 99; 138; 248; cf. também nº 75; 104; 122; 123).

A cidade de Tirsa deve ser considerada, com base em 1 Rs 14.17; 15.21,33; 16.6,23s.), como a primeira cidade residencial do Reino do Norte. Jeroboão I (926-907 a.C.) governou primeiramente em Siquém (1 Rs 12.25); depois, porém, transferiu sua residência para Tirsa. Na Antiguidade, tais projetos gigantescos como transferências de capitais, bem como outras obras públicas de envergadura “faraônica”, foram empreendidos para tirar o potencial revolucionário da rua e dizimá-lo²⁹. Como mostra 1 Rs 12, a situação geral do Reino do Norte era propícia para revoluções. Sob Baasa (906-883 a.C.), Tirsa continuava sendo sede do governo. Segundo 1 Rs 16.23s., porém, a capital foi transferida outra vez; Omri (878-871 a.C.) fundou uma nova capital, a saber, Samaria, depois de haver residido por seis anos também em Tirsa. Não nos é possível constatar com certeza sob qual dos reis acima mencionados as grandes mudanças arquitetônicas em Tirsa foram realizadas (mudanças, aliás, não concluídas). O que importa é o fato de que não foi por acaso que ocorreu tal diferenciação social e habitacional em Tirsa.

Depois de havermos explicado como *também* pode ser entendido o “fazer encostar casa em casa” (Is 5.8a), a saber, como expressão de um processo de segregação social, continuamos perguntando: que parcelas de população eram estas que constituíam as camadas mais pobres nas metrópoles e nos centros administrativos? Com isto, chegamos a falar sobre o nosso *segundo* ponto: a situação precária na área rural, criticada igualmente em Is 5.8-10. Que experiências sócio-econômicas do campo devem ser pressupostas em Is 5.8?

b) A desestruturação da agricultura tradicional

Detrás das terras próximas ao redor da cidade, relativamente privilegiadas, localiza-se um cinturão de “terras abertas”, intensivamente cultivadas, onde a população quase não tem chance de escapar das pressões econômicas dos grandes centros urbanos³⁰. Tal exploração vem de mãos dadas com uma acentuada desclassificação social da população agrícola. Nas terras ao redor da cidade, estendem-se os latifúndios das famílias nobres, as propriedades da coroa. Os camponeses ali residentes são obrigados a entregar três

quartos e até quatro quintos de sua produção. Os povoados, portanto, não são muito mais do que “fábricas” de cereais, de vinho e de azeite de oliva. A solidariedade tradicional dentro do povoado se esvazia por dentro cada vez mais³¹; a comunidade rural se transforma em campo de trabalho forçado. A cidade, daí, é vista como exploradora das terras do interior; é ela que cobra os impostos e a ela se destinam os excedentes de produção. A estrutura econômica deste sistema baseia-se no chamado “capitalismo de rendimentos”, uma forma de capitalismo que não interfere no próprio processo de produção e se satisfaz com a cobrança de amplas cotas da produção existente (cf. Hc 2.6). W. Dietrich descreve o mecanismo de tal “capitalismo de rendimentos” da seguinte maneira:

Latifundiários que dispõem de muito capital emprestam, a altos juros, dinheiro a agricultores que se encontram em aperto. Estes, caso não puderem pagar suas dívidas, respondem com seus bens e, em caso extremo, também com sua própria força de trabalho, inclusive com a da sua família. Sob a aparência da legalidade, os ricos se apropriam dos bens das pessoas socialmente fracas e ampliam, deste modo, sua capacidade de produção bem como a de mão-de-obra, ganhando assim um elevado rendimento de capital. Com base em sua liquidez maior, investem seguidamente mais e mais dinheiro em hipotecas e acabam, deste modo, com mais outras propriedades rurais.³²

No Oriente Próximo, as chances de envolver agricultores em dívidas são muito grandes. O fator principal é a alta frequência de más colheitas devido ao índice pluviométrico bastante instável. Muitas vezes, o agricultor, portanto, tem que se endividar para poder sobreviver com a sua família. O ideal do “capitalismo de rendimentos”, daí, é o envolvimento de um número cada vez maior de camponeses em dívidas permanentes; e isto de tal forma que os mesmos, apesar de seus pagamentos anuais, não estejam mais em condições de amortizar a dívida inicial “lendária”.

Existia, na época do AT, algo como “êxodo rural” e um inchamento do “proletariado” urbano? De fato, tal possibilidade não deveria ser descartada. Os que tiveram de entregar sua casa e sua cota de terra, tornavam-se diaristas ou até escravos e, com isto, perderam também seus direitos como cidadãos íntegros³³. Empobreciam e se viam forçados a procurar um novo modo de sobrevivência. Chama a atenção que profetas como Amós e Miquéias, ambos atuando no interior e dele provindos, ocupavam-se quase que exclusivamente com o destino da classe rural em processo de decomposição³⁴. Isaías, por sua vez, morador da cidade e nela atuante, incluía em suas denúncias sociais também os sem-terra: entre eles viúvas e órfãos (cf. Dt 14.29;16.14), asilados, forasteiros e operários estrangeiros (cf. Is 1.17,23; 5.8; 10.1s.)³⁵. Além disto, havia ocorrido após a queda do Reino do Norte (722 a.C.) uma fuga em massa do norte para o sul (cf. 2 Cr 30.25)³⁶. Os ricos de Samaria que haviam fugido da “máquina de guerra” assíria (em 733 e 722 a.C.) trouxeram em sua bagagem seu capital, que aplicaram em propriedades rurais e em terrenos urbanos³⁷. Tal consequência

das guerras assírias certamente forçou, uma vez mais, a divisão da sociedade israelita em uma “sociedade de classes”.

Portanto, explorada por latifundiários e cobradores de impostos, além disto saqueada por freqüentes incursões de nômades, a população rural degenerava em “felás”; tudo isto pode ter terminado em um êxodo rural, caso não se preferia a fuga para as regiões inóspitas do país (cf. Jó 24.5ss.; 30.3ss.).

Quais eram, entretanto, os atrativos que as cidades ofereciam para os sem-terra?

As três funções básicas da cidade eram: *sede do governo* (capital, centro administrativo e jurisdicional, cidade residencial, fortificação e guarnição), *sede da vida religiosa* (templo, santuário central, terminal de peregrinações), *centro econômico* (mercado e comércio central, importação e exportação, casa da moeda, artesanato). Como ponto central da sociedade agrária a seu redor, a cidade tem função monopolizadora e distributiva. É esta multiplicidade de funções que, de fato, possibilita as mais variadas maneiras de sobrevivência³⁸.

Várias fatores favoráveis contribuem para tanto³⁹. Característico já é que, devido à acumulação excessiva de dinheiro na capital, um índice elevado de interessados, entre os quais até se encontram pessoas das mais humildes, depara quase sempre com boas chances de troca e venda. Tal tipo de comércio é menos onerado por impostos do que os costumeiros produtos estocáveis (cereais, azeite, vinho, etc.); além disto, desenvolvem-se aqui mercados “informais” que se mostram bem compatíveis com uma rica ramificação econômica de alternativas e atividades complementares. É justamente isto o que atrai o “proletariado rural” como o ímã atrai o ferro.

IV

Antes de nos voltarmos para a aplicação prática dos resultados já alcançados para a proclamação de Is 5.8-10 hoje, gostaria de intercalar ainda uma terceira variante. Nem sempre o isolamento e a desagregação entre ricos e pobres dentro de uma cidade se processam passo a passo. E nem sempre o “proletariado urbano” se compõe de imigrantes provenientes do interior. No Oriente Antigo existem também exemplos de um planejamento urbano que separa ricos e pobres *de antemão* uns dos outros, e onde o “proletariado urbano” se recruta diretamente entre os habitantes da cidade, por serem assentados, desde o início, em bairros especiais.

Neste sentido, obtemos uma idéia bastante ilustrativa de um planejamento urbano diferenciado, quando observamos, agora, a cidade residencial do faraó Sesostris II (1897-1878 a.C.). Trata-se da cidade de Kahun, próxima do atual vale do Nilo, perto do estuário do Bahr Yussuf no Fayyum. A cidade não se desenvolveu de maneira orgânica, mas, foi projetada artificialmente. Esteve habitada apenas por um século; explica-se, deste

modo, por que sua estrutura original não foi descaracterizada por construções posteriores em cima do mesmo sítio. A estrutura arquitetônica básica de Kahun está à luz do dia de modo claro e completo (ver a planta n° 8)⁴⁰.

A cidade media aproximadamente 350-400 metros ao quadrado e era cercada por uma larga muralha de tijolos⁴¹. O que chama a atenção é agora um muro que, de maneira bem visível, corta a cidade toda em dois bairros distintos. Este “muro divisório” é da mesma espessura como a muralha exterior. Cai na vista também que o “muro divisório” não possui nenhum portão próprio, o que significa que cada uma destas partes da cidade, isoladas uma da outra, tinha acesso a ela somente por fora (sudoeste e nordeste).

Observemos os dois bairros mais de perto! O bairro menor⁴², ao qual dá acesso o portão oeste, é subdividido por uma rua de 8 a 9 m de largura, estendendo-se de sul a norte. Desta rua central partem, em ângulo reto, ruas menores de aproximadamente 4 m de largura, ladeadas de ambas as partes por pequenas e singelas moradias. As fileiras das casas são construídas de tal modo que duas casinhas sempre têm a mesma parede de fundos. Este bairro, projetado com aproveitamento máximo do espaço — em uma área de cerca de 240 x 105 m acumulam-se 200 a 250 casinhas! — era o bairro operário de Kahun. É óbvio que este bairro foi projetado desde o início; uma cidade, cuja população se compõe apenas de moradores ricos que não trabalham não tem condições de sobrevivência. O bairro nobre, do qual trataremos a seguir, precisa do bairro pobre. A cidade rica necessita de mão-de-obra barata.

O bairro nobre ocupa quase três quartos da área total. Sua parte norte parece ter sido reservada à família real, aos altos funcionários e ao governo. Nesta parte norte apenas dez a onze casas ocupam uma área não muito menor do que todo o bairro operário. Também estas mansões situam-se em ambos os lados de uma avenida de cerca de 280 m de comprimento com orientação leste-oeste, sendo que também neste caso uma das paredes de tijolos é comum a duas casas. O portão leste dá acesso à avenida central. No final desta avenida, lá onde ela termina em frente do muro leste do bairro operário, encontra-se à direita, em um terreno um pouco mais elevado⁴³, uma construção cercada de muros laterais especialmente fortes que, certamente, abrigava a família do faraó. Na rua principal — no meio da qual corria um valo de esgoto — parte uma série de ruas menores para o sul, ladeadas outra vez por numerosas casinhas, comparáveis às do bairro operário. Aqui estavam alojados os muitos serviçais da família real e das classes superiores, como os serviçais dos altos funcionários, a saber, padeiros, açougueiros, cervejeiros e moleiras.

Entre as casas de Kahun podem-se distinguir três tipos principais: as mais simples casinhas de operários, casas um pouco mais espaçosas que, provavelmente, eram habitadas por capatazes e supervisores, e as mansões luxuosas dos nobres. Todas elas eram construídas de tijolos cozidos ao sol.

Enquanto, porém, as casas dos operários e dos fiscais medem cerca

de 7 a 11 m de frente e possuem no máximo dez peças, em parte peças muito pequenas de instalações modestas, encontram-se entre as residências dos ricos terrenos com 45 x 60 metros ao quadrado, ou seja, moradias 50 vezes maiores do que as casas populares, cada qual contendo aproximadamente 70 quartos com corredores. A “planta” de uma destas mansões confortáveis (ao lado da “acrópole”, do “castelo real”) está especialmente bem conservada. À frente da estreita entrada encontram-se dois quartos menores, provavelmente o “apartamento” do porteiro; ele remete para a esquerda, quando alguém quer se dirigir à cozinha e aos estábulos, e para a direita, quando se quer entrar nos aposentos dos senhores. Um extenso corredor leva à parte central da casa, para um pátio amplo, fechado do lado sul por uma colunata que fornece boa sombra. Em sua ala norte sobe uma escada para o telhado. Duas portas, localizadas na esquina sudoeste da colunata, levam às partes mais importantes desta construção imponente que, aliás, não têm outra comunicação entre si: à “casa dos senhores” e à “casa das mulheres”.

Todas estas mansões, aliás, localizam-se no norte da cidade, na parte climaticamente favorável de Kahun. Isto por causa do vento norte, que sopra durante o dia. Este não trazia apenas refrigério, mas também afastava dos balcões e dos terraços dos ricos a fumaça das cozinhas e oficinas.

V

Agora podemos voltar nossa atenção à aplicação prática do texto de Isaias, retornando para tanto ao início das nossas explicações. A análise arqueológica de Is 5.8-10 que fizemos, levou-nos a perceber melhor o que, sem o recurso à arqueologia, tende a ser despercebido. A simples constatação de uma “violação da aliança” em relação a outros conceitos abstratos (“acumulação de terrenos” e “formação de latifúndios”) esgotar-se-ia em um abstrato formalismo teológico que não deixa transparecer a sua interligação com os problemas reais e foge dos referenciais históricos. H. Assmann fala de “teologias logológicas” quando a mensagem dos textos se transforma em “meras palavras a respeito de palavras”, e nada “conserva a simplicidade da lágrima, do grito, da fome e do perigo da morte”⁴. Como vimos no decorrer da nossa análise, a violação da aliança se manifesta através de circunstâncias da vida real, a saber, através de circunstâncias econômicas, sociais, políticas e ideológicas que atingem a Deus como o “Deus da vida”, o “Deus dos pobres”, o “Deus libertador”, tanto quanto aos seres humanos não como “seres abstratos”, mas como seres humanos que têm necessidades reais, sofrem e passam fome. Uma exegese que “funciona” em favor da vida, só pode ser “visceral”, só pode ser uma interpretação que não expulsa a fé do seu nexos corporal e do seu lugar econômico e social. É a *arqueologia* que, por excelência, nos confronta com a “viscera-

lidade” do “ai” de Isaías. Veio à luz tudo aquilo que estava (e está) envolvido em tais “mecanismos” de desagregação do povo em diferentes classes sociais.

Mas como chegar, agora, a uma visão estratégica em relação à transformação profunda das estruturas sociais? É verdade que, entretanto, há muitas denúncias, para não dizer: até um certo desgaste da Igreja em denúncias. Quem quer pregar o texto de Is 5.8-10 não apenas como uma convocação global para a transformação do sistema, este deve exigir que o próprio texto se transforme em ação relacionada tanto com a realidade vigente quanto com o possível dentro desta realidade. E para tanto urge outra vez que se conheça o máximo possível dos referenciais vivenciais a partir dos quais o texto bíblico em questão foi falado. Somente desta forma os textos nos abrem os olhos para ações concretas. O que Isaías denuncia não é apenas um problema de estrutura: centro e privilégios *versus* periferia e marginalização. Quem prega nestes termos, facilmente cai na armadilha de propagar objetivos gerais e de oferecer soluções globais, cuja realização quase que necessariamente superestimarás as próprias forças de maneira ilusória⁴⁵. Com a “localização” arqueológica do texto, ou seja, com a “localização” do mesmo em seu âmbito sócio-econômico, enfrentamos um verdadeiro desmascaramento da nossa realidade devido a analogias destacadas pelo texto bíblico. É por meio destas analogias à nossa realidade que, agora, deparamos com uma considerável porção de possíveis ações concretíssimas, com as quais conseguimos iniciar uma transformação realista do sistema imperante. Pois, tendo em vista os elementos e mecanismos concretos da desagregação e discriminação social na época de Isaías, o texto “*nos envia para a rua*”, ou seja, para lá onde nos confrontamos com muitos destes elementos e mecanismos que marcam também a nossa própria realidade⁴⁶.

I



Abb. 3. Hama, Schicht J 7

2



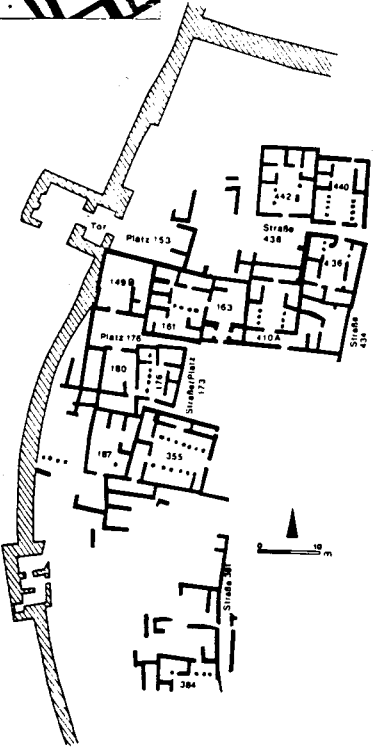
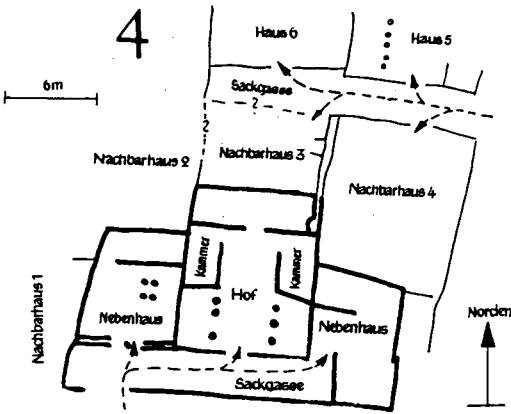
Abb. 4. Hama, Schicht J 6

3



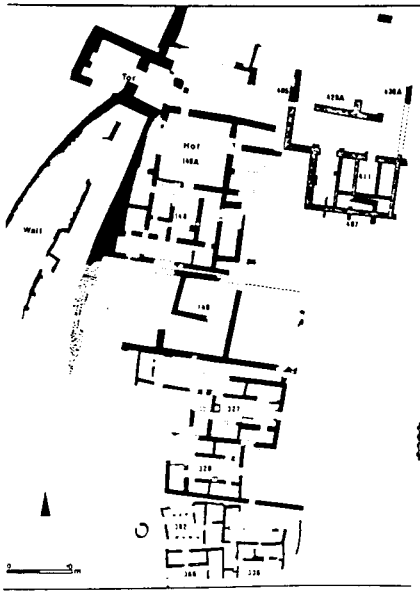
Abb. 3. Hama, Schicht J 5

4

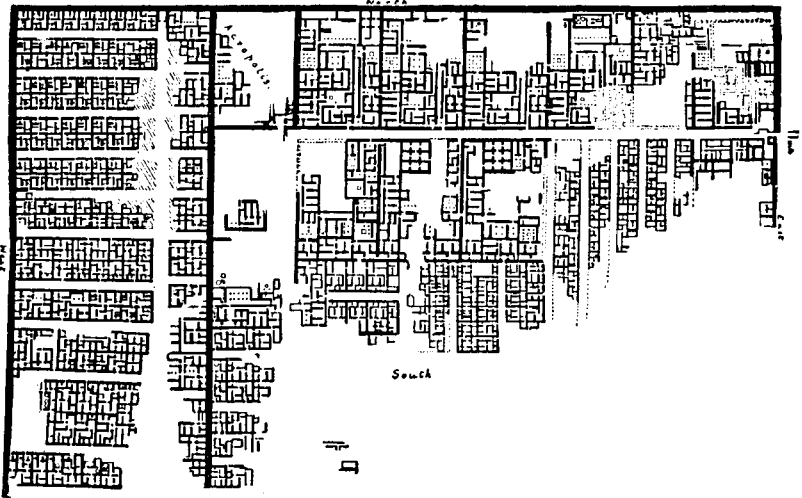
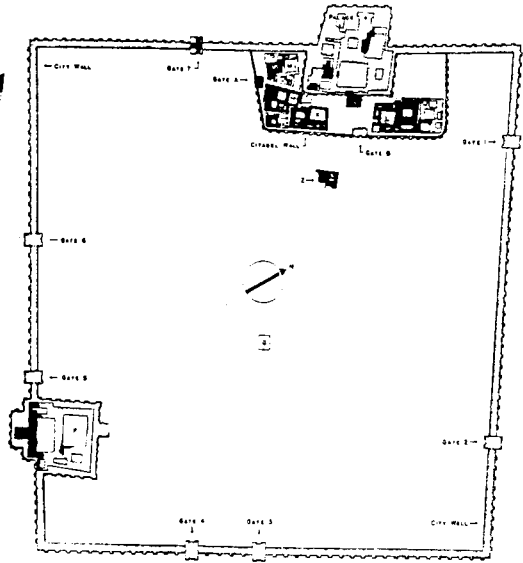


5

6



7



8

Notas

- 1 P. RICHARD, *Leitura Popular da Bíblia na América Latina*, *RIBLA 1:15,19*, Petrópolis, Vozes, 1988 (os grifos são meus); é claro que P. Richard não se pronuncia contra a arqueologia como tal; cf., aliás, V. HOEFELMANN & F. E. DOBBERAHN, Reflexões sobre uma Arqueologia do Proletariado, *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, 31(1):85ss., 1991.
- 2 J. PIXLEY, Hosea: ein neuer Lesevorschlag aus Mittelamerika, *Evangelische Theologie*, 51, München, Chr. Kaiser, 1991, p. 80.
- 3 P. RICHARD, op. cit. (nota 1), pp. 15,23s.
- 4 Cf. M. SCHWANTES, Von unten gesehen - Die Bibel als Buch der Befreiung gelesen, *Evangelische Kommentare 19(7)*:386, Stuttgart, Kreuz Verlag, 1986.
- 5 Cf. M. NOTH, *El Mundo del Antiguo Testamento*, Madrid, Cristandad, 1976, p. 156.
- 6 *Jeira* = área que 10 juntas de bois aram num dia; *bato* = uma medida de capacidade (= 40 litros); *homâr* = a carga de um jumento (= 394 litros); *efá* = 1/10 do *homâr*.
- 7 H. WILDBERGER, *Jesaja 1-12*, Neukirchen-Vluyn, Neukirchener, 1980, p. 184 (BK, X,1).
- 8 C. WESTERMANN, *Teologia do Antigo Testamento*, São Paulo, Paulinas, 1987, pp. 9, 37, 40, etc.
- 9 H. WILDBERGER, op. cit. (nota 7), p. 185.
- 10 W. DIETRICH, *Jesaja und die Politik*, München, Chr. Kaiser, 1976, pp. 213ss., 255ss. (BEvTh, 74).
- 11 Cf. H. GRAF REVENTLOW, *Rechtfertigung im Horizont des Alten Testaments*, München, Chr. Kaiser, 1971, p. 84 (BEvTh, 58).
- 12 W. DIETRICH, op. cit. (nota 10), p. 286, opina, no entanto, que Isaías não teria conclamado os trabalhadores à luta; Isaías teria esperado uma mudança social exclusivamente a partir de Javé, quer dizer, pelos assírios; *ibidem*, pp. 257, 282ss. Sobre uma greve de trabalhadores na Antigüidade já relata um papiro egípcio de Turim; cf. W. F. EDGER-TON, The Strikes in Ramses III's Twenty-Ninth Year, *Journal of Near Eastern Studies*, 10(3):137ss., Chigaco (Ill.), 1951; F. A. A. MELLA, *O Egito dos Faraós*, São Paulo, Hemus, 1981, pp. 238ss.
- 13 H. BARDTKE, Die Latifundien in Juda während der zweiten Hälfte des achten Jahrhunderts v. Chr., in: *Hommages a André Dupont-Sommer*, Paris, Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien Maisonneuve, 1971, pp. 237s.
- 14 V. FRITZ, *Die Stadt im Alten Israel*, München, C. H. Beck, 1990, p. 53.
- 15 H. WILDBERGER, op. cit. (nota 7), p. 184.
- 16 H. W. WOLFF, *Micha*, Neukirchen-Vluyn, Neukirchener, 1982, pp. 44ss. (BK, XIV,4).
- 17 J. SCHMIDT, *Die agglutinierende Bauweise im Zweistromland und in Syrien*, Berlin, Gebrüder Mann, 1963, pp. 7ss.
- 18 W. ZIMMERLI, *Ezechiel 1-24*, Neukirchen-Vluyn, Neukirchener, 1979, pp. 243s. (BK, XIII,1); G. FOHRER, *Ezechiel*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1955, p. 60 (HAT, I,13), entende inclusive que "aquela classe de ricos (...) é chamada de carne em contraposição aos ossos", isto é, que ela acredita "ser a única coisa de valor em Jerusalém, enquanto a outra parcela da população é comparável a ossos inúteis", a qual "se pode tratar como lixo".
- 19 J. SCHMIDT, Strassen in altorientalischen Wohngebieten — Eine Studie zur Geschichte des Städtebaus in Mesopotamien und Syrien, in: *Baghdader Mitteilungen 3*, Berlin, Gebrüder Mann, 1964, pp. 125ss.
- 20 ID., *ibidem*, pp. 132ss. (= plantas n° 1-3).

- 21 A planta nº 4 se baseia em: R. de VAUX, *Les Fouilles de Tell El-Far'ah, près Naplouse, Revue Biblique*, 62:544, Paris, Librairie Lecoffre, J. Gabalda, 1955, e em A. OHLER, *Israel — Volk und Land*, Stuttgart, Katholisches Bibelwerk, 1979, p. 147. A planta nº 5, que localiza o complexo nº 410A com seus anexos no centro da cidade, foi tirada de V. FRITZ, op. cit. (nota 14), p. 79.
- 22 Estes anexos devem ser considerados realmente como tais, secundariamente acrescentados à casa padrão de três ou de quatro peças; cf. V. FRITZ, op. cit. (nota 14), p. 59.
- 23 Nestes termos, a organização habitacional de Umm el-Jimal mereceria uma interpretação sociológica; cf. B. de VRIES, *Urbanization in the Basalt Region of North Jordan in Late Antiquity: The case of Umm el-Jimal*, in: A. HADIDI, ed., *Studies in the History and Archaeology of Jordan II*, 'Ammân, Department of Antiquities, 1985, p. 254.
- 24 V. FRITZ, op. cit. (nota 14), p. 81 (= planta nº 6).
- 25 H. WEIPPERT, *Palästina in vorhellenistischer Zeit*, München, C. H. Beck, 1988, pp. 530ss. (*Handbuch der Archäologie*, II,1).
- 26 Cf. J. SCHMIDT, op. cit. (nota 19), p. 145 (= planta nº 7).
- 27 A. OHLER, op. cit. (nota 21), p. 151; W. SCHOTTROFF, *Der Prophet Amos — Versuch der Würdigung seines Auftretens unter sozialgeschichtlichem Aspekt*, in: W. SCHOTTROFF & W. STEGEMANN, *Der Gott der kleinen Leute (AT)*, München, Chr. Kaiser; Gelnhausen (Berlin), Burckhardtthaus-Laetare, 1979, p. 50; C. H. J. de GEUS, *Die Gesellschaftskritik der Propheten und die Archäologie*, ZDPV, 98, Wiesbaden, Otto Harrassowitz, 1982, p. 53.
- 28 Em H. WEIPPERT, op. cit. (nota 25), pp. 530ss., e em V. FRITZ, op. cit. (nota 14), pp. 78ss., nem se menciona tal “muro divisório”.
- 29 Cf. R. PAYNTER, *The Archaeology of Equality and Inequality*, *Annual Review of Anthropology*, 18:384, Massachusetts, University of Massachusetts, 1989.
- 30 O seguinte segundo H. BOBEK, *Soziale Raumbildungen am Beispiel des Vorderen Orients*, in: *Deutscher Geographentag München, 1948*, caderno 10, Landshut, 1950, pp. 193ss.
- 31 C. WESTERMANN, *Lob und Klage in den Psalmen*, Göttingen, Vandenhoeck Ruprecht, 1977, pp. 149s., remete às numerosas lamentações individuais do saltério.
- 32 W. DIETRICH, op. cit. (nota 10), p. 15; recomendamos especialmente o artigo de R. PORATH sobre o assunto: *Grupos Dominantes e o Conjunto da Sociedade na Mira da Crítica de Isaías de Jerusalém*, *Estudos Bíblicos*, 24, Petrópolis, Vozes, 1989, pp. 41ss. (esp. 47ss.). Outro modo de desapropriação dos pequenos agricultores, bastante difundido no Antigo Oriente, analisei em: F. E. DOBBERAHN, *Israel como “Estrangeiro” e “Senhor” em Sua Terra*, in: M. N. DREHER, org., *Peregrinação; Estudos em Homenagem a Joachim Herbert Fischer pela Passagem de Seu 60º Aniversário*, São Leopoldo, Sinodal, 1990, pp. 95ss.
- 33 L. KÖHLER, *Der hebräische Mensch*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1976, p. 147.
- 34 Cf. K. KOCH, *Die Entstehung der sozialen Kritik bei den Propheten*, in: P. H. A. NEUMANN, org., *Das Prophetenverständnis in der deutschsprachigen Forschung seit Heinrich Ewald*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1979, 574ss. (WdF, 307).
- 35 ID., *ibidem*, pp. 579ss. É digno de nota também que a teologia de Isaías — a “teologia de Sião” — é uma “teologia cidadina”; cf. O. H. STECK, *Friedensvorstellungen im Alten Jerusalem*, Zürich, TVZ, 1972, pp. 53ss. (ThSt, 111); cf. W. DIETRICH, op. cit. (nota 10), pp. 207ss.
- 36 Cf. F. CRÜSEMANN, *Direito — Estado — Profecia*, *Estudos Teológicos*, 29(3)289, n. 16, São Leopoldo, EST, 1989 (bibl.).
- 37 Cf. H. BARDTKE, op. cit. (nota 13), pp. 244ss.

- 38 O seguinte segundo: H. BOBEK, Die Hauptstufen der Gesellschafts- und Wirtschaftsentfaltung in geographischer Sicht, in: E. WIRTH, org., *Wirtschaftsgeographie*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1969, pp. 462ss. (WdF, 219); E. WIRTH, Die orientalische Stadt — Ein Überblick aufgrund jüngerer Forschungen zur materiellen Kultur, in: *Saeculum* 6, Freiburg/München, K. Alber, 1975, pp. 51ss.
- 39 Cf. H. BOBEK, op. cit. (nota 30), p. 199.
- 40 A. ERMAN & H. RANKE, *Ägypten und ägyptisches Leben im Altertum*, Hildesheim, Gerstenberg, 1984, p. 198 (= planta n° 8).
- 41 O seguinte segundo: ID., ibidem, pp. 196ss.
- 42 Cf. a planta de Tell El-'Amârna, in: F. A. A. MELLA, op. cit. (nota 12), p. 187.
- 43 Cf. H. WEIPPERT, op. cit. (nota 25), pp. 534s.
- 44 H. ASSMANN, in: H. ASSMANN & F. J. HINKELAMMERT, *A Idolatria do Mercado*, Petrópolis, Vozes, 1989, pp. 29, 36, 55, 58s., 60, 63, 65, 75, 82 (Teologia e Libertação, 5).
- 45 Foi justamente isto que se exigiu, duas décadas atrás, também do "Politisches Nachtgebet"; cf. R. LEUENBERGER, "Politischer Gottesdienst", *Zeitschrift für Theologie und Kirche*, 69:116ss., Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1972; M. JOSUTTIS, Gesetz und Gesetzlichkeit im Politischen Nachtgebet, *Evangelische Theologie*, 33(6):571ss., München, Chr. Kaiser, 1973.
- 46 A. HOFFMANN, A Grande Cidade: um Desafio para a Igreja, in: *Pastoral Urbana*, São Leopoldo, IECLB, 1987, pp. 2-19 (Cadernos de Estudo da RE IV, 1).

Friedrich E. Dobberahn
 Caixa Postal 14
 93001-970 São Leopoldo — RS